

## **TURISMO E PESCA PROFISSIONAL ARTESANAL: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS NO ALTO-MÉDIO SÃO FRANCISCO**

**Sandro A. T. de Mendonça<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

Nos últimos anos, o turismo passou a ser considerado por muitos uma alternativa de desenvolvimento e um importante fator de atração de investimentos e recursos, propiciando a criação de emprego e renda para populações de diferentes regiões brasileiras. Todavia, o turismo pode implicar em transformação deletéria do território e comprometimento dos recursos naturais, provocando alterações negativas no modo de vida e trabalho de populações ali inseridas. Ambos os efeitos têm ocorrido nos meios e modos de vida dos pescadores profissionais artesanais do Alto-Médio São Francisco. Este artigo discute os impactos sócio-ambientais oriundos do turismo, em particular o da pesca amadora sobre a pesca profissional artesanal na região do Alto-Médio São Francisco. O texto explora, especificamente, os conflitos de territorialidade entre o turismo (da pesca amadora) e a pesca profissional artesanal, apontando para a mercantilização e banalização do lugar e da população em questão.

### **INTRODUÇÃO**

Recentemente no Brasil, o setor de turismo depara-se com questões ambientais e sociais durante o processo de planejamento, implantação, implementação e operacionalização de seus empreendimentos. Dentre essas questões, destacam-se os impactos de tais empreendimentos sobre a fauna e a flora – em especial aqueles relacionados aos usos múltiplos das águas –, e sobre a vida das pessoas – em especial a exclusão social gerada ao privar as pessoas do território e das relações sociais em que se baseiam a reprodução dos meios naturais e tradicionais de subsistência. Esses impactos têm motivado inúmeros estudos e ações específicas, por parte do setor, com o objetivo de

compatibilizar seus interesses aos requerimentos de conservação/preservação sócio-ambiental das localidades de inserção.

A prática do turismo ao longo do rio São Francisco deveria estar imbuída de tais preocupações, mas não é o que acontece. O presente trabalho objetiva descrever e analisar o uso das águas do rio São Francisco, no trecho mineiro do rio que vai da represa de Três Marias (Três Marias, MG) ao município de Januária, norte do Estado de Minas Gerais, para a atividade turística da pesca amadora. Enfoca as consequências de tal uso para o meio e para a sociedade, em especial a população cuja vida está em torno da pesca artesanal. Para tanto, refletiremos acerca dos conflitos entre ambos os tipos de pesca através de conceitos caros ao saber sociológico, como contato social e interação social, compreendidos em seus aspectos dinâmicos, bem como aos que são relevantes ao saber geográfico, como o de lugar e território.

## **1. RIO SÃO FRANCISCO: BREVES CONSIDERAÇÕES DA GEOGRAFIA E HISTÓRIA DO LUGAR**

As águas do rio São Francisco percorrem, desde a Serra da Canastra/MG, aproximadamente 2.700 km em direção norte e banham exclusivamente o território brasileiro<sup>2</sup>. Estima-se que 58% do percurso acontece em regiões semi-áridas, trecho castigado pelo clima seco (COELHO, 1996), o que implica em perdas por evaporação de uma parte importante desse manancial. Os solos e a vegetação são variados. Em suas margens e ilhas, os solos são utilizados por muitos ribeirinhos para cultura de subsistência (feijão, batata, milho ou mandioca) e a vegetação é caracterizada por cerrados e caatinga; áreas de mata (nas zonas úmidas); e mata caducifólia (regiões de precipitação com solos profundos e férteis) (COELHO, 1996).

Os principais afluentes<sup>3</sup> do rio estão no estado de Minas Gerais. Fornecem cerca de 70% da água do rio, num percurso aproximado de 700 km, com área de drenagem de 243.000 km<sup>2</sup> o que corresponde a 41% da área do estado (CODEVASF, 2003). A área da Bacia do São Francisco é de 631.133 km<sup>2</sup> (corresponde a 7,4% do território brasileiro) e abrange os estados de Minas Gerais, Goiás, Bahia, Sergipe, Alagoas e Pernambuco além do Distrito Federal (totalizando 464 municípios; 13.823.985 habitantes). O estado de Minas Gerais tem a maior

quantidade de municípios banhados pelo rio e de habitantes que com ele convivem (Quadro 1) (CODEVASF, 2003).

**QUADRO 1: NÚMERO DE MUNICÍPIOS LOCALIZADOS NA BACIA DO SÃO FRANCISCO**

Distrito Federal	1 município	1.598.415 habitantes
Goiás	3 municípios	94.245 habitantes
<b>Minas Gerais</b>	<b>206 municípios</b>	<b>6.856.021 habitantes</b>
Bahia	114 municípios	2.489.944 habitantes
Pernambuco	65 municípios	1.564.239 habitantes
Sergipe	26 municípios	254.450 habitantes
Alagoas	49 municípios	966.671 habitantes

Fonte: Codevasf, 2003.

A bacia do rio São Francisco é dividida pelos desníveis da Calha Principal. Desde a nascente até a Cachoeira de Pirapora, é chamado de Alto São Francisco. Dali até a barragem de Sobradinho, descreve o Médio São Francisco; de Sobradinho até a barragem de Xingó, denomina-se Sub-Médio São Francisco; e, de Xingó ao Atlântico, é o Baixo São Francisco. A região do Alto-Médio São Francisco, que corresponde à nossa área de estudo, tem 1720 km de extensão do rio.

Até meados do século XVI, a ocupação e a exploração das riquezas do rio São Francisco foram limitadas ao litoral. As dificuldades encontradas para a ocupação e exploração foram o total desconhecimento do território e a resistência dos índios (GARCIA, H. C.; CARAVELLO, T. M, 2002). Mesmo com a resistência dos índios, alguns cooperaram no processo de exploração e colonização, subordinados às atividades econômicas mercantilistas do colonizador.

A ocupação oficial portuguesa das águas do São Francisco aconteceu em 1553, quando D. João III ordenou a exploração das margens interiores do rio, efetuada por Bruza Espinosa e Padre Navarro – o roteiro de viagem e cartas são os primeiros documentos descritivos sobre o São Francisco (COELHO, 1996). A consolidação do domínio aconteceu na década de 1570, quando surgiram os primeiros arraiais. Os colonizadores provocam a dizimação dos índios. Muitos fugiram dali para o planalto central e, de um modo ou de outro, sua organização social foi desestruturada. Até meados do século XVII, encontrou-se ali jazidas de ouro, atraindo pessoas e missões religiosas, o que provocou

extermínio, doenças, miscigenação e aculturação das nações indígenas (COELHO, 1996). A atividade de exploração do minério incitou, por seu turno, um processo de derrubada das matas. No século XVIII, associou-se à exploração do ouro a criação de gado, aumentando o povoamento nas margens do rio e a dizimação de mais índios (COELHO, 1996). Em 1720, foi criada a Província de Minas Gerais e o rio São Francisco tornou-se um meio importante de transportes para o abastecimento das regiões mineiras mais auspiciosas que iam sendo encontradas mais ao sul (COELHO, 1996).

Em 1851, o imperador D. Pedro II solicitou estudos sobre o São Francisco, surgindo, daí, o primeiro atlas que descreveu com detalhes do rio, desde a cachoeira de Pirapora até o Atlântico, o que fomentou, a partir, de 1867, o início da navegação a vapor ao longo de sua calha

principal (COELHO, 1996). Com a proclamação da República, os interesses voltaram-se também para o potencial hidrelétrico do rio. Em 1945, o presidente Getúlio Vargas criou a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (Chesf)<sup>4</sup>. Em 1946, a Constituição reconhecia a importância do rio e determinava a execução de um plano de aproveitamento das possibilidades econômicas do São Francisco e seus afluentes, num prazo de 20 anos, aplicando-se quantia anual não inferior a 1% da renda tributária da União (CEMIG, 2003). A partir de 1948, com o nascimento da Comissão do Vale do São Francisco (CVSF)<sup>5</sup>, iniciou-se a exploração das águas pela construção de barragens<sup>6</sup> visando a produção hidroelétrica (CEMIG, 2003).

Em 1957, Juscelino Kubitschek iniciou a construção da barragem de Três Marias em Minas Gerais, com o início de operação em 1962. Em 1974, foi criada a Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), que passou a ser o principal agente desenvolvimentista do rio, tendo como finalidade o aproveitamento das águas para fins agrícolas, agropecuários e agroindustriais, dos recursos de água e solo dos Vales do Rio São Francisco e Parnaíba (CEMIG, 2003). No final do século XX, principalmente a partir de meados da década de 1990, inicia-se uma exploração, cada vez mais intensa, de atividades turísticas no rio São Francisco, um foco de negócios que passa e reorganizar os direitos de acesso ao território da água bem como o mercado fundiário nas suas margens.

### 3. LUGAR, LOCAL E TERRITÓRIO: AS ATIVIDADES DO TURISMO E A PESCA PROFISSIONAL ARTESANAL

A extensa área geográfica brasileira, com suas belezas naturais 'infinitas' e manifestações culturais distintas, propicia o surgimento e desenvolvimento de atividades turísticas diversas. A sociedade contemporânea, numa visão aparential, armazena maior número de informações sobre lugares, entretanto, cada vez mais tem menos senso de lugar (GIDDENS, 1991). Significa dizer que cada vez mais conhecemos virtualmente mais territórios mas não temos conhecimento algum sobre estes lugares e, por conseguinte, sobre os grupos sociais que neles vivem. Para compreender esse paradoxo, faz-se necessário situá-lo no contexto da mercantilização e banalização da natureza e dos grupos tradicionais a partir da produção social do território como materialização do poder de um grupo sobre outro.

O território se forma a partir da ocupação humana do espaço geográfico (RAFFESTIN, 1993). O sujeito toma o espaço para si, faz dele sua propriedade. Um arcabouço legal, previamente constituído, confere o direito à aquisição mediada, por sua vez, por uma transação econômica, de valoração e transferência de renda em troca do lugar. Assim, a transformação do espaço em território nos revela relações de poder que começam como relações econômicas e essas, por sua vez, refletem relações de poder, praticadas por 'nós' e os 'outros'. O território é uma referência fundamental para a representação do 'nós' (o grupo, os membros da coletividade ou 'comunidade', os *insiders*) e os 'outros' (os de fora, os estranhos, os *outsiders*) e é, ainda, "um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais que, a par de sua complexidade interna, define, ao mesmo tempo, um limite, uma alteridade" (SOUZA, 1995, p.278) (SCOTSON & ELIAS,2000).

Com a mesma perspectiva, acrescenta Bozzano (2000, p.45): o território é "um objeto complexo, que existe na medida em que nós o construímos, combinando nosso concreto real com nosso concreto pensado". Isto significa que o território não exista apenas na natureza, mas, também na sociedade. Mais do que isso, o território é a articulação da natureza e da sociedade juntos. Neste sentido, o processo de ocupação de um dado lugar adotará uma espacialidade particular, isto é, "em um mesmo território, em uma cidade ou em uma região, podemos ler e identificar tempos geológicos, meteorológicos, hidrológicos,

biológicos, sociais, políticos, psicológicos, econômicos, cada um com seus ritmos, suas durações” (BOZZANO, 2000, p.46).

Os territórios podem ser (ou não) construídos e desconstruídos socialmente, tendo um caráter flexível. Inclusive, das temporalidades que envolvem os sujeitos inseridos no lugar. Muitos dos conflitos entre os sujeitos na disputa do território pode ter, essencialmente, o caráter de disputa de projetos da existência social os quais estão em temporalidades diversificadas, tais como a da modernidade e tradição (GIDDENS, 1991). Desta maneira, podemos viver isoladamente ou não num território, isto é, ‘nós’ e os ‘outros’ podem ou não co-existirem harmoniosamente ou não. Encontra-se aqui, a possibilidade efetiva (ou não) da atividade turística. Entretanto, não harmoniosa se não for levado em consideração (e praticado) o *contato social*<sup>7</sup>.

Na vida societária contemporânea – de culturas fortemente individualistas, acentuado pela globalização –, comumente, as relações sociais praticadas levam à *associação* e à *cooperação*<sup>8</sup>. Mais recorrentemente, levam à *competição*<sup>9</sup> e ao *conflito*<sup>10</sup>.

No caso do conflito em torno da pesca no rio São Francisco (ou do território das águas, disputado pelo exercício tanto amador quanto artesanal), os constructos de *insiders* e *outsiders* são reciprocamente feitos para desqualificar o outro. Do ponto de vista do pescador artesanal, ele é o *insider*, portanto o outro é o *outsider*. Do ponto de vista do pescador amador, ele é *insider*, portanto o outro é o *outsider*. Logo, os *insiders* e os *outsiders* criam diferenças largamente idealizadas que os colocam em competição e conflito pelo controle social do território, gerando, no momento desses processos sociais, estereótipos e preconceitos sociais recíprocos. Assim, tanto para os *insiders* como para os *outsiders*, os ‘outros’ (um relacionado ao outro), geralmente, são vistos como gente de fora e, por essa razão, sem direitos de plena cidadania na vida local.

Entendido sucintamente o processo de transformação do espaço geográfico em território, e as relações sociais e políticas tempestuosas que disso advém, pode-se relacionar e analisar de forma abstrata os conceitos de território e de turismo.

A atividade do turismo provoca profundas alterações nos lugares onde se desenvolve. Provoca a adequação de um espaço ocupado por sujeitos diferentes: um autóctone (anteriormente chamado de *insiders*) e outro visitante (anteriormente chamado de *outsiders*), ambos estranhos, mas, com necessidades de apresentarem-se como iguais a si mesmos para

garantir relações intrapessoais, interpessoais e intergrupais. Assim, o espaço de um dado território – delimitado geográfica e sociologicamente – passa a ser reconhecido como único e igual tanto pelo sujeito autóctone – residente e conhecedor do seu espaço e território – como pelo visitante – estranho ao território, mas, conhecedor (apenas) do lugar. Segundo Giddens (1991, p.120), “nossa sociedade armazena informação sobre lugares e, contudo, temos pouco sobre o lugar. E as paisagens que resultam dos processos modernos parecem ser pastiches, desorientadores, inautênticos e justapostos”. Isto significa que o espaço está se tornando muito integrado e, no entanto, territorialmente fragmentado, desconhecido. Esta suposta comunhão (por um lado, real e, por outro, virtual) sobre o espaço/território acontece porque necessitamos conviver e evitar desentendimentos, pressupostos básicos da vida societária. Mesmo assim, tal reconhecimento não exclui o conflito.

Um dos conflitos mais frequentes na área de estudo selecionada, e que pode ser facilmente percebido em outros territórios característicos de pesca artesanal, é o estranhamento causado pelo comportamento do turista ao autóctone. O turista traz consigo hábitos e costumes – maneira de falar, andar, postar-se perante outrem, modo de consumo, etc. – diferentes do autóctone, causando estranhamento e provocando uma sensação de invasão do local que é o território deste último, seu lar. O fato dos autóctones terem a rotina de suas vidas afetada é tolerado como forma de compensação pela renda extra no fim do mês obtida através da relação de lazer e trabalho entre tais atores. Assim, enquanto que para um o território é lazer, para o outro é trabalho. Esta relação torna o território um local qualquer, um lugar de descanso, de consumo, de ganhar dinheiro; é a banalização do território pelas relações mais modernas que nele são introduzidas.

Nesse aspecto, esta relação (lazer/trabalho) apresenta sérias restrições econômicas e ambientais, na medida em que as atividades de guia de pesca – nas quais se debruçam o pescador artesanal para servir ao turista – não podem ser vistas “nem como alternativa de emprego para a pesca profissional artesanal, numa perspectiva de pluratividade rural, nem como uma boa estratégia de mitigação da pesca predatória nos rios exercida pelos pescadores clandestinos” (VALENCIO et al, 2003:284). A sazonalidade do turismo não permite regularidade na obtenção de renda por meio de tal atividade: “De fato, as imbricações da infraestrutura

hoteleira, da adequação do clima, dos períodos de ocorrência de feriados, dos períodos de defeso e, por fim, da disponibilidade de renda e interesse do consumidor desse serviço criam um horizonte de incertezas na sobrevivência desse trabalhador” (VALENCIO et al, 2003, p.284).

Além disso, o pescador profissional artesanal, atuando como guia de pesca pode, a qualquer momento, perder o controle sobre seu conhecimento espaço-ambiental e, por conseguinte, a fonte de obtenção de renda, pois, “o pescador amador que se habitua a freqüentar o lugar logo assimila a localização dos melhores pontos de pesca, apreende as noções de como ajustar suas tralhas e técnicas ao comportamento dos cardumes de interesse e, assim, não mais precisa recorrer ao guia, pois já há a apropriação das informações necessárias à fruição do ambiente aquático” (VALENCIO et al, 2003:284).

Em termos de sustentabilidade ambiental, a pesca artesanal é exercida com grande conhecimento da estrutura e dinâmica ecossistêmica. Os pescadores sabem quais os tipos de ambientes propícios à vida das espécies de peixes mais freqüentes, conhecem o hábito, o comportamento e a classificação dos peixes, sabem manejar os instrumentos de pesca com propriedade, conseguem identificar os melhores pontos de pesca (DIEGUES, 1983 e 1995) e, o que é de suma importância, valorizam a sustentabilidade da pesca, pois, é dela que eles tiram seu sustento. Ao lançar a tarrafa no rio, por exemplo, o pescador não coleta apenas o peixe mas, ao fazê-lo, reafirma o seu valor como trabalhador, como sujeito inserido numa cadeia de riqueza econômica porque sabe manejar (e produzir) instrumentos de trabalho que se ajustam ao complexo ecossistema aquático, no uso de saberes e técnicas corporais que passaram ao largo da educação formal. Julga-se, portanto, um vencedor. Todavia, no seio da sociedade moderna, na qual a atividade de pesca amadora é parida, o ‘território de descanso’ e as atividades que neles são tidas como sustentáveis qualifica de outra forma a pesca artesanal. São não apenas “predadores”, mas “depredadores do rio”.

A pesca amadora ou mesmo a esportiva costuma argumentar: ‘*nós soltamos o peixe depois de capturados*’. E isso, então, não os torna “predadores” ou, ainda “depredadores” da natureza. No entanto, é sabido que peixes capturados e imediatamente soltos (prática comum da pesca esportiva ou amadora – a pesca está associada à competição com o



peixe e a sensação de vitória sobre este) – fica vulnerável a predadores ou doenças.

Nicolas (1999), importante pesquisador do tema, chama a atenção para as distintas lógicas que norteiam o mundo do turismo e o mundo da produção, "que se deve à oposição irreconciliável entre a lógica do lucro que sustenta o segundo e a lógica do ócio que sustenta o primeiro" (NICOLAS, 1999, p.41). Por isso, argumenta o autor, "os territórios onde se exerce a lógica do ócio são em princípio diferentes dos territórios da produção e reprodução associadas, mas a lógica do ócio não pode descartar a presença do território" (NICOLAS, 1999, p.42). Isto é, a atividade turística não pode desconsiderar as relações sociais que existem no 'território do outro', pois, as relações sociais dos turistas e as dos autóctones de um dado território não se excluem, mas, constituem-se um na relação com o outro. Só assim, o contato social possibilita a interação social – garantindo as relações intrapessoais, interpessoais e intergrupais – e, por conseguinte, evita ou minimiza o conflito. O que não acontece entre tais atores.

Toda a área de rio, que mantém-se relativa íntegro nos parâmetros limnológicos e ecossistêmicos, tende a ser considerada apta para o turismo<sup>11</sup>. Assim, todo território onde tem um rio caudaloso, passa a ser considerado um bem de consumo para esse setor. Por causa disso, o espaço territorial dos ribeirinhos ou daqueles que da água tiram seu sustento (como acontece com os pescadores profissionais artesanais), passa a ser ocupado por hotéis, pousadas, zonas residenciais de veraneio e pelos turistas e suas pescarias de lazer. O apoio da Secretaria Especial de Aqüicultura e Pesca aos pesque-pagues, por exemplo, dá acabamento ao projeto de modernidade do Estado brasileiro, referido às demandas do cidadão urbano pelo lazer e turismo (Agência Brasil, *apud* Valencio et al, 2003).

No Alto-Médio São Francisco, a pesca amadora como atividade turística é praticada, em grande parte, pelos moradores do meio urbano de centros regionais como Belo Horizonte, Brasília, Montes Claros, entre outros, cujo deslocamento ocorre principalmente por via rodoviária. Tal atividade é realizada predominantemente com embarcações de alumínio equipadas com motores de popa e apetrechos oriundos da pesca monoespecífica, adquiridos no mercado (FELIX et al, 2000). A pesca monoespecífica ocorre quando os apetrechos utilizados são orientados para a captura de um único espécime, geralmente dos peixes de grande

porte e grande importância comercial. Os apetrechos que caracterizam esse tipo de pesca são: as tarrafas, os anzóis e os espinhéis (PETRERE, 1992).

Já a pesca profissional artesanal praticada no Alto-Médio São Francisco é caracterizada pela utilização de embarcações de madeira impulsionadas por remo e apetrechos monoespecíficos, produzidos artesanalmente pelos próprios pescadores e familiares. Assim, o que mais diferencia a pesca amadora da pesca profissional artesanal é o perfil tecnológico de ambas, identificando superioridade tecnológica para a primeira. Entretanto, mesmo com apetrechos mais modernos e tecnologicamente superiores aos dos pescadores artesanais, os pescadores amadores têm os piores resultados de captura (FELIX et al, 2000). Isto acontece não apenas pela diferença de capacidade dos petrechos, mas pelo fato dos pescadores artesanais deterem o conhecimento dos melhores locais e horários de pesca, conhecerem o comportamento do cardume, isto é, muito do esforço de captura depende da percepção ambiental e habilidade física para o manejo dos petrechos de pesca.

Segundo Felix et al (2000), o pescador amador do Alto-Médio São Francisco atribui seu fracasso na captura ao fato de que os estoques teriam sido capturados pelo esforço dos pescadores profissionais – e que estes praticariam uma atividade ecologicamente não sustentável. Instaurado o processo de culpabilidade do pescador profissional pelo insucesso do pescador amador, este passa a ter um discurso depreciativo sobre o pescador profissional: “os profissionais, embora eficientes na captura, seriam ignorantes e indolentes, o que estimula a criação de imagem socialmente deletéria com impactos na auto-estima do grupo e no incitamento à sua estigmatização no seu espaço de relações cotidianas” (FELIX et al, 2000, p.244).E, assim, visto como um modo não legítimo de ganhar a vida.

Enraizando-se uma visão preconceituosa contra o pescador profissional artesanal, que é uma visão preponderantemente urbana desta pesca, tem-se uma alavanca poderosa para impulsionar o fechamento da atividade, isto é, a proibição legal do seu exercício. Mais uma vez, “*faz-se necessário*” a retirada do autóctone de seu território para o bom e destemido uso dos recursos naturais por outrem, os modernos, “*conscientes*” do problema ambiental. A história mais uma vez se repete

Reitera-se a ‘fala’ de Valencio et al (2003): a resistência à pesca profissional artesanal não tem qualquer relação com o resguardo da ictiofauna ou a prática de uma atividade ‘ambientalmente responsável’, mas, sim, com o propósito de reservar o recurso pesqueiro para a pressão única do uso capitalisticamente mais avançado dos amadores.

Nem mesmo o Estado teria a intenção verdadeira em propor uma atividade turística da pesca ‘ambientalmente responsável’ ou sustentável. O IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis), através do PNDPA<sup>12</sup> – deflagra a expedição de mais de um milhão de novas carteiras de pesca amadora no Brasil (VALENCIO, 2003:286). Além disso, esse instituto dispensa licença para o pescador amador desembarcado (e estes são muitos milhares) que utiliza somente linha de mão ou vara, linha e anzol (Decreto-Lei nº 221/67), entre outros.

Lembramos que a atividade de pesca amadora no Brasil tem apresentado um grande crescimento nos últimos anos. O que era uma atividade de lazer, transformou-se em uma indústria cada vez mais forte, que movimenta anualmente milhões de dólares em segmentos tão diversos como a importação e a exportação de equipamentos, o turismo e a mídia especializada. E não existem estatísticas confiáveis que contabilizem o número de pescadores amadores e/ou mensuram o impacto ambiental dessa atividade.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A exploração dos recursos hídricos, minerais, vegetais e humanos de toda a bacia do Rio São Francisco, durante mais de 500 anos, trouxe danos, alguns irreparáveis, a toda a região. Assoreamento, desmatamento, erosão e poluição são problemas enfrentados pela população há décadas. Na atualidade, a exploração da atividade turística modifica a paisagem sócio-ambiental da região e faz surgir novos conflitos sociais.

Na paisagem sócio-ambiental contemporânea, o que se tem de fato são a mercantilização e a banalização da natureza e do ser humano. No que diz respeito aos pescadores profissionais artesanais, tem-se a transformação do seu conhecimento tradicional em mercadoria comercializada e descartada. Observa-se, mais uma vez, que a conquista da natureza pelo Homem – objeto e sujeito, respectivamente –, leva ao

triunfo do sujeito, agora, atomizado em turista burguês que, num primeiro momento, necessita e tem a ‘ajuda’ do autóctone para, depois, descartá-lo. Assim, a atividade turística desenvolveu mecanismos (de cunho econômico) para dominar o território de outrem, utilizando e descartando os que são identificados como *outsiders*, como acontecia com as ações político-econômicas mercantilistas do século XVI que transformaram os indígenas nesse mesmo povo sem meios de vida e banidos de seu lugar.

Na expansão da sociedade atual pela busca de ‘territórios de descanso’, vê-se o passado ser constantemente atualizado pelas relações sociais (de culturas fortemente individualista como as das sociedades neoliberais globalizadas) vigentes, conectadas pela racionalidade do mercado e, ao nosso ver, de difícil modificação se a sustentabilidade ambiental não for praticada a partir dos ecossistemas da natureza<sup>13</sup>, onde vive o ser humano, entre outros.

Entretanto, para uma visão menos catastrófica e mais otimista de um futuro societário próximo concordamos com a observação de Manuel Castells (1999, p.79) de que “as pessoas resistem ao processo de individualização e atomização, tendendo a agrupar-se em organizações comunitárias que, ao longo do tempo, geram um sentimento de pertença e, em última análise, em muitos casos, uma identidade cultural, comunal”.

Mas, pautado pelas verdades da ocasião, o presente da vida societária não é promissor. De certo, todo o capital implementado na atividade de turismo gera riqueza<sup>14</sup>. Entretanto, este é produzido nas relações que deixam esse grupo de fora da partilha.

## **BIBLIOGRAFIA**

- BIELLA, C. R. F.; VALENCIO, N. F. L. S. (2003) Impactos de Empreendimentos Turísticos em Pequenas Comunidades: uma Visão Sociológica como Subsídio às Políticas para o Setor. In: VALENCIO, N. F. L. S.; MARTINS, R. C. (Org). *Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil. Volume II. Desafios Teóricos e Político-Institucionais*. São Carlos, SP: Editora RiMa p. 255 – 70.
- BOURDIEU, Pierre (1983), *Esboço de uma teoria da prática*. IN: Renato Ortiz (org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo, Ática, Coleção Grandes Cientistas Sociais.

- BOZZANO, Horacio (2000) *Territorios reales, territorios pensados, territorios Posibles*. Buenos Aires, Espacio Editorial, 2000, 263 p.
- CAPRA, Fritjof (2002) *As Conexões Ocultas. Ciência para uma vida sustentável*. São Paulo, Editora Cultrix Amaná Key.
- CASTELLS, Manuel (1999) *O poder da identidade. A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2*. Tradução Klauss B. Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 530 p.
- CEMIG (2003). Disponível em: <http://www.cemig.com.br/institucional/usinas.asp>. Acesso em setembro.
- CODEVASF (2003). Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco. Disponível em: <<http://www.Codevasf.gov.br>>. Acesso: 08 maio.
- COELHO, Marcos A.(1996) *Geografia do Brasil*. 4ª edição. São Paulo, Editora Moderna
- DIEGUES, A.C.(1983) *Pescadores, Camponeses e Trabalhadores do Mar*. São Paulo: Ática.
- \_\_\_\_\_ (1995) *Povos e Mares: Leituras em Sócio- Antropologia Marítima*. São Paulo, NUPAUB- USP.
- ELIAS, Norbert e SCOTSON, John L.(2000) *Os estabelecidos e os Outsiders*. RJ: Jorge Zahar Editor.
- FELIX, S. A.; VALENCIO, N. F. L. S.; LEME, A. A.; MENDONÇA, S. A. T.; GONÇALVES, J. C.(2000) Anais do 2o. Congresso Brasileiro de Turismo Rural: Turismo, novo caminho no espaço rural brasileiro. In: *Congresso Brasileiro de Turismo Rural*. 2o, 2000, Piracicaba, SP. Pesca artesanal e pesca amadora no Rio São Francisco: conflitos e novas possibilidades de interação. Piracicaba, SP: FEALQ. p 239 -44.
- FREYRE, Gilberto (1945) *Sociologia. Introdução ao Estudo dos seus Princípios*. São Paulo: Livraria José Olympio Editora 275p.
- GARCIA, H. C.; CARAVELLO, T. M.(2002) *Geografia do Brasil*. 5. ed. São Paulo: Scipione. 296 p.
- GIDDENS, Anthony (1991) *As Conseqüências da Modernidade*. São Paulo: Editora Unesp.
- NICOLAS, Daniel H. (1999) Elementos para un analisis sociogeografico del turismo. In: RODRIGUES, Adyr B. (org.). *Turismo e geografia*. São Paulo, Hucitec p. 39 - 54.
- PETRERE , Miguel, Jr.(1992) As comunidades humanas ribeirinhas da Amazônia e suas transformações sociais. In :DIEGUES, A.C. (org).

*Populações humanas, rios e mares da Amazônia : Coletânea de trabalhos apresentados no IV Encontro de Ciências Sociais e o Mar no Brasil.* São Paulo: PPCAUB/USP, Museu Paraense Emílio Goeldi, Universidade Federal do Pará.

SFRANCISCO (2003). Disponível em: <<http://www.sfrancisco.bio.br>>. Acessado: maio.

SOUZA, Marcelo José.(1995) O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias (et alli) (org.). *Geografia: conceitos e temas.* Rio de Janeiro, Bertrand, p. 77 - 116.

VALENCIO, N. F. L. S.; MENDONÇA, S. A. T.; MARTINS, R. C. (2003) Da Tarrafa ao Tanque-rede: o Processo Político-institucional de Extinção de uma Categoria de Trabalhadores das Águas. In: VALENCIO, N. F. L. S.; MARTINS, R. C. (Org). *Uso e Gestão dos Recursos Hídricos no Brasil.* Volume II. Desafios Teóricos e Político-Institucionais. São Carlos, SP: Editora RiMa p. 271 –93.

---

## NOTAS

<sup>1</sup> - Sociólogo, Mestre em Conservação e Manejo de Recursos (UNESP-Rio Claro), Doutorando em Ciências da Engenharia Ambiental (EESC/USP). Bolsista CNPq. E-mail: [satmendonca@ig.com.br](mailto:satmendonca@ig.com.br)

<sup>2</sup> - A nascente do rio São Francisco acontece no Parque Nacional da Serra da Canastra, no Chapadão do Zagaia, município de São Roque de Minas, sudoeste do Estado de Minas Gerais. Na borda da Serra ele atinge 15 metros de largura (após ter percorrido 28 km de cerrado, a partir da nascente). Nesse ponto sofre queda livre de 95 metros (cachoeira de Casca D'antas) e forma uma lagoa em Vargem Bonita, onde segue pelo cerrado. Toda essa área de 71.525 hectares está protegida desde 1972 e é administrada pelo Ibama. A foz do São Francisco acontece no Oceano Atlântico, entre os estados de Sergipe e Alagoas (GARCIA, H. C.; CARAVELLO, T. M, 2002).

<sup>3</sup> - Tem, aproximadamente, 36 afluentes de porte significativo. Destaque na margem esquerda para os rios: Abaeté, Paracatu, Uruçuia, Carinhanha, Corrente e Grande. E na margem direita encontram-se os rios Pará, Paraopeba, das Velhas e Verde Grande (COELHO, 1996).

<sup>4</sup> - A construção de hidrelétricas ao longo do rio São Francisco (entre outros) é um grave problema da atualidade, que põe em risco sua própria existência. Além das transformações significativas que obras como barragens e usinas provocam na área onde são instaladas, com reflexos diretos na vegetação e vida animal, o regime das águas também é afetado. No Baixo São Francisco, uma preocupação de cientistas e ambientalistas é a regularização do fluxo de água, prejudicado e

tornado irregular com todas as mudanças feitas no percurso e pelo uso excessivo do recurso.

<sup>5</sup> - Substituída em 1967 pela Superintendência do Vale do São Francisco (SUVALE) (CEMIG, 2003).

<sup>6</sup> - As sucessivas barragens feitas ao longo do rio provocam um processo quase irreversível de assoreamento, pois diminuem a correnteza natural, formam bancos de areia e transformam os drenos naturais de água em áreas pantanosas. Além disso, a regularização dessas usinas tem provocado efeitos também na atividade pesqueira e na agricultura feitas pela população da área. A extinção de lagoas e várzeas naturais onde ocorria a reprodução e captura dos peixes, e onde tradicionalmente se fazia a plantação do arroz, ameaça à sobrevivência de espécies naturais e da própria população local.

<sup>7</sup> - O *contato social* é considerado a base da vida social humana. Os *contatos sociais* podem ser *primários* – são contatos mais pessoais, diretos, e que têm uma base emocional, pois, os sujeitos neles envolvidos compartilham suas experiências particulares – e *secundários* – são aqueles impessoais, calculados e formais; são associados mais a um meio para atingir um fim (FREYRE, 1945).

<sup>8</sup> - A *cooperação*, um dos *processos sociais* do tipo *associativo*, é a forma de *interação social* entre *sujeitos*, *grupos*, *comunidades* e *sociedades*, que juntos interagem/atuam para um mesmo propósito (FREYRE, 1945).

<sup>9</sup> - A *competição* é entendida como um processo social do tipo *dissociativo*, isto é, uma espécie de força social que leva os *sujeitos* ou *grupos* a agirem uns contra os outros, em busca de satisfazer seus interesses particulares, ou individuais ou de grupo. Em um nível individual, os *sujeitos* competem entre si buscando ocupar uma posição social mais elevada dentro do seu *grupo*. Em um nível individual, mas, atendendo o desejo se não de todos mas da maioria dos membros que compõe um *grupo social*, a *competição* ocorre objetivando atender as expectativas do grupo: conseguir poder – seja político, econômico ou social (FREYRE, 1945).

<sup>10</sup> - O *conflito social* é uma elevada tensão social ocorrida após o término de uma *competição*, onde, aqueles que não conseguem atingir seus objetivos sentem-se inferiorizados. Esse sentimento pode levar a uma reação conflituosa. Sendo um *processo social básico* do tipo *dissociativo*, o *conflito social* pode provocar *mudanças sociais* – e isso pode ser bom ou ruim para uma *sociedade* ou *grupos sociais*. Tal avaliação pressupõe a verificação dos interesses, dos acordos ou pactos existentes entre os membros respectivos. O *conflito*, pode ser *consciente* – os oponentes em conflito observam e avaliam suas divergências –, *pessoal* e *emocional* – os oponentes em conflito desenvolvem rivalidade, antipatia, ódio e crítica carregada de emoção. Assim, o primeiro impulso é tentar destruir o adversário ou canalizar a tensão social para um processo de *acomodação* (FREYRE, 1945).

---

<sup>11</sup> - A atividade turística brasileira está quase que totalmente relacionada às águas e à paisagem natural (BIELLA e VALENCIO, 2003).

<sup>12</sup> - Criado em 1997, pelo Ministério do Esporte e do Turismo/EMBRATUR e Ministério do Meio Ambiente/IBAMA o Programa Nacional de Desenvolvimento da Pesca Amadora (PNDPA), tem o objetivo de transformar a atividade de pesca amadora em instrumento de desenvolvimento econômico, social e de conservação ambiental.

<sup>13</sup> - Ver a discussão feita por Fritjof Capra sobre sustentabilidade em As Conexões Ocultas. Ciência para uma vida sustentável (2002).

<sup>14</sup> - Segundo Biella et al (2003), o turismo tem forte participação na economia mundial. “Dados da *World Tourism Organization* e *World Travel & Tourism Council* demonstram participação econômica de 11% do PIB mundial – dados referentes ao ano de 1999 -, sendo uma das atividades que mais empregam no mundo. Conforme esses mesmos órgãos, o turismo congrega aproximadamente 260 milhões de trabalhadores, ou 10% da força de trabalho global” (BIELLA E VALENCIO, 2003, p.256).